

## **Formação sócio-espacial e organização do espaço em Itacaré/BA: um estudo sob a égide da teoria classista**

*Gilson Santos da Silva<sup>1</sup>*

*Paulo Fernando Meliani<sup>2</sup>*

---

### **RESUMO**

O texto aborda aspectos da formação sócio-espacial e da organização do espaço de Itacaré em diversas fases históricas. Apoiado na revisão de literatura, foi possível realizar um resumo histórico do período em que se originou até a ocasião em que o município foi nomeado “Itacaré”, bem como foram delineados os principais aspectos socioeconômicos da região em que se insere. Além disso, esse trabalho traz resultados de uma pesquisa recente, na qual foram realizadas a análise da expansão urbana da cidade e o registro de seus principais problemas de degradação ambiental. Todos os tópicos desenvolvidos culminaram em uma análise integrada à luz da teoria Classista. Foi verificado que em todos os períodos, desde sua origem até os dias atuais, Itacaré se configura em espaços regidos pela vontade do poder dominante (Coroa Portuguesa, fazendeiros de cacau e, mais recentemente, empresários do segmento turístico), a qual sempre imperou no desenvolvimento das atividades econômicas realizadas no município. Modificações funcionais impuseram à cidade transformações de ordens sociais, econômicas e estruturais, notadamente com a passagem da monocultura de cana-de-açúcar para a lavoura cacauieira e, mais recentemente, para a produção de atividades turísticas, o que movimentou a organização do espaço geográfico do município, maximizada

---

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA/Campus Eunápolis). e-mail: girogeo@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Doutor em Geografia. Professor Adjunto da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC/BA). e-mail: meliani@uesc.br.

por uma crescente expansão urbana e pela deflagração de processos de degradação ambiental.

**Palavras-chave:** Formação Sócio-Espacial, Organização do Espaço, Itacaré, Teoria Classista.

## INTRODUÇÃO

Antigo porto cacauero, o distrito-sede de Itacaré, município localizado no sul do Estado da Bahia, passa por uma transição funcional ao assumir, a partir dos anos 1990, sua atual função de destino turístico. Com a introdução do cacau no sul da Bahia no século 18 e a consolidação de sua cultura no século 19, o distrito-sede do município tornou-se um importante porto cacauero, enviando as amêndoas produzidas em sua hinterlândia para Ilhéus e Salvador, de onde eram exportadas. Durante a primeira metade do século 20, a demanda estrangeira por cacau foi responsável pela produção do espaço geográfico do município, orientando o uso da terra e dinamizando a economia de Itacaré.

Na segunda metade do século 20, a implantação de estradas entre o interior da região e a cidade de Ilhéus (centro regional e principal porto exportador), bem como as condições naturais do porto de Itacaré (de baixo calado), estabeleceram uma desintegração regional do município. Com a perda de sua importância portuária, Itacaré viveu um período de isolamento, agravado pela crise regional da economia cacauera desencadeada a partir dos anos 1980.

Nos anos 1990, como alternativa à economia cacauera, Itacaré assume uma nova função, a de destino turístico, promovida inclusive por políticas de desenvolvimento do Estado da Bahia, que incluíram o município no "Programa de Desenvolvimento Turístico Costa do Cacau". Como principal chamariz turístico, o potencial paisagístico e ecológico foi explorado especialmente na faixa litorânea, que é dominada por uma paisagem planáltica típica de "mar de morros", com muitos

fragmentos remanescentes de floresta ombrófila densa (Mata Atlântica). As práticas de “ecoturismo”, como percorrer trilhas na floresta, são incluídas em pacotes turísticos de visitação à Itacaré.

A inserção turística tem promovido uma reorganização espacial no município pautada na expansão urbana e na degradação ambiental. As mudanças na distribuição da população do município de Itacaré são marcantes na década de 1990, período no qual o município assume sua atual função turística. O incremento da população no distrito-sede de Itacaré, entre 1991 e 2000, foi de cerca de 39,10%, passando de 6.289 habitantes no início da década para 8.748 ao final dela (IBGE, 1991; IBGE, 2001) e, atualmente, possui uma população de mais de 24.720 habitantes (IBGE, 2008).

## **1. BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL EM ITACARÉ: DO ALDEAMENTO INDÍGENA À NOMENCLATURA ITACARÉ**

A cidade de Itacaré tem sua origem mais remota atrelada a uma aldeia indígena situada nas proximidades da foz do rio de Contas a qual vivia da caça, da pesca e da agricultura de subsistência. Na região em que se insere esse aldeamento a colonização portuguesa se iniciou em 1530, por meio das capitânicas hereditárias. Em nome da coroa portuguesa, os jesuítas se instalaram com o objetivo, dentre outros, de demarcação de terras (CONDER, 2004).

Em inícios do século XVIII, o padre Luís de Grã ordena a construção de uma capela em homenagem a São Miguel, e em seguida batiza a localidade como “São Miguel da Barra do Rio de Contas” (IBGE, 1958). De acordo com a mesma fonte, no ano de 1718, por ordem do arcebispo Dom Sebastião Monteiro de Vide, foi concedida à capela a categoria “freguesia”, o que supunha a instalação de um povoamento, mesmo que do ponto de vista eclesiástico, na medida em que se estruturava por um conjunto de paroquianos jesuítas.

Avançou-se para a construção da Igreja de São Miguel, a qual provavelmente foi concluída em 1723, ano grafado em sua fachada e confirmado pelo senso comum, sendo esse o monumento remanescente do período colonial mais importante da cidade (MELIANI, SILVA, GOMES, 2007). Anos depois desse evento,

a povoação de São Miguel da Barra do Rio de Contas é elevada a município, no dia 26 de janeiro de 1732, por ordem da “Condessa de Resende” (Ana Maria Ataíde e Castro), donatária da Capitania de Ilhéus, quando é nomeada “Vila da Barra do Rio de Contas”.

Em 1931, a Vila da Barra do Rio de Contas, depois de incorporada politicamente por Itapira (atual município de Ubaitaba), passa a ser a sede municipal e recebe o nome de “Itacaré” (IBGE, 1958). Segundo a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER (2004) o Decreto Estadual que regulamentou o nome Itacaré foi o de nº 7.850, de 16 de dezembro de 1931. A nomenclatura “Itacaré”, segundo Meliani (2006), é de origem tupi e significa “pedra torta”, sendo uma possível referência às estruturas sinuosas de rochas metamórficas que se estendem por áreas que vão desde a foz do Rio de Contas e percorrem todo o litoral sul do município.

## **2. ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS**

Ainda com uma população incipiente, em 1648, as vilas situadas ao norte de Ilhéus tornaram-se, por imposição da Coroa Portuguesa, abastecedoras de alimentos para a capital da Colônia, onde nessa ocasião, predominava na Capitania da Bahia – Salvador – a monocultura de cana-de-açúcar. Com isso, no seu primeiro século de existência, a então Vila da Barra do Rio de Contas, juntamente com outras vilas como Camamu e Boipeba, desponta como produtora de farinha de mandioca e arroz, insumos enviados diretamente a Salvador (MELO e SILVA, SILVA, LEÃO, 1987).

Em meados do século XVIII, foi introduzido o cacau no sul da Bahia, sendo levado para as fazendas ilheenses em 1752 (VIRGENS FILHO *et al.*, 1993). Já no final desse século, houve uma difusão da lavoura cacauzeira, a qual já alcançava a então Vila da Barra Rio de Contas. Seu principal fluxo de escoamento era propiciado pelo Rio de Contas, o qual servia de via de integração entre o interior e o litoral. A partir do início do século XIX, com apoio náutico propiciado pela foz do Rio de Contas, se constituiu em Itacaré um porto estratégico para o escoamento de cacau,

madeira e demais produtos, além de viabilizar o tráfico de escravos destinados a servir fazendas da região (CONDER, 2004).

O ano de 1834 foi decisivo para o crescimento da região, onde a exportação regular de amêndoas de cacau ganha notoriedade, o que gerou uma fase de grande ascensão da economia cacaeira, possibilitada pelo aumento da produção e pela ruralização da população (MELO e SILVA, SILVA, LEÃO, 1987). As exportações de amêndoas continuavam crescentes, passando de um volume de cerca de 26,5 toneladas em 1834 para aproximadamente 579 toneladas, em 1860 (GARCEZ e FREITAS, 1979). Os mesmos autores argumentam que com a notória expansão da lavoura cacaeira, o volume de exportações cresceu significativamente alcançando após trinta anos 3.503 toneladas. Atrelado ao aumento no volume de exportações, o crescimento populacional se evidenciou pelo incremento de 34,1% na população (entre 1872 e 1890), passando de 3.612 para 4.844 habitantes (MELO e SILVA, SILVA, LEÃO, 1987).

Na segunda metade do século XIX, cresce ainda mais a importância portuária de Itacaré, sendo neste momento o único meio de ligação entre o interior da Chapada Diamantina, onde o Rio de Contas possui sua nascente, e o Oceano Atlântico, com destinação final a capital Salvador.

A formação regional acontece de fato ao final do século XIX, corroborada por uma expansão significativa da produção de amêndoas de cacau, a qual foi vivenciada por intermédio de um intenso fluxo migratório. Entre os anos de 1890 e 1920, a população da região foi aumentada em 337,84% em razão das levas de imigrantes que vieram trabalhar na lavoura, em sua maioria oriundos de regiões carentes e secas do sertão nordestino (MELO e SILVA, SILVA, LEÃO, 1987). Neste período, a população da Vila da Barra do Rio de Contas, é acrescida em 402,68%, representada por 24.350 habitantes. O porto da Barra do Rio de Contas rivaliza com o de Ilhéus, chegando a exportar, em 1900, 6.793 toneladas contra 5.991 toneladas exportadas por Ilhéus (SANTOS, 1957).

Na primeira metade do século XX, a lavoura cacaeira teve sua consolidação, chegando a atingir produções anuais de amêndoas de cacau, na Bahia, na ordem de 144.584 toneladas (SANTOS, 1957). Porém, concomitantes à época áurea da produção, houve momentos de instabilidade da lavoura, onde imprevisões climáticas, ataque de pragas e doenças, variações de preços, dentre outros fatores,

formaram riscos à economia cacauzeira. Crises na economia também foram evidenciadas por picos de produção, onde em 1935, aconteceu uma queda de preço, forçada pelo excesso de produção (CONDER, 2004).

Além desses fatores que atingiam toda a região, Itacaré inicia um processo de derrocada na importância portuária que mantinha, devido às condições naturais de seu porto, o qual tinha um baixo calado. Em 1932, com a implantação da ferrovia que ligava Ubaitaba a Uruçuca e que seguia em direção ao Porto de Ilhéus, o qual dinamizava cada vez mais sua infra-estrutura, Itacaré mergulha de vez em uma crise funcional e perde a posição de principal entreposto comercial da região (CONDER, 2004). Depois desse período, em 1940, Itacaré contava com uma população de apenas 8.630 habitantes (PLANO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, 1985 *apud* CONDER, 2004), reflexo da perda da importância portuária, o que fez com que a maior parte da população migrasse para Ilhéus.

Na segunda metade do século XX, os produtores de cacau já se encontravam bastante endividados, com lavouras superexploradas, o que sugeria uma baixa produtividade e tendência à estagnação (VIRGENS FILHO *et al.*, 1993). Neste período, mais precisamente em 1957, o Governo Federal cria a CEPLAC (Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacauzeira) objetivando recuperar a lavoura por meio intermédio da modernização agrícola, restabelecendo o equilíbrio da dinâmica financeira da região.

Todavia, é na década de 1980 – principalmente na segunda parte – que a lavoura cacauzeira sofre seu maior golpe, anunciado por uma crise sem precedentes, justificada pela queda do preço das amêndoas no mercado internacional e pela incisiva atuação da “vassoura-de-bruxa” (*Crinipellis perniciosa*) e “podridão-parda” (*Phytophthora palmivora*) (REIS, 2002). O mesmo autor aponta que nesse período houve um decréscimo de 26% na renda de Itacaré, entre 1980 e 1990.

Como resposta à crise da lavoura cacauzeira instaurada no município, o turismo desponta como alternativa à economia de Itacaré. As atividades turísticas começam a se delinear entre os anos de 1970 e 1980 quando a cidade recebia para veraneio apenas algumas famílias de classe média da região (CONDER, 2004). No período de adensamento de infra-estruturas turísticas, notadamente nos anos 1990, Itacaré vive um quadro de crescimento populacional, tendo um incremento da ordem

39,10%, passando de 6.289 habitantes para 8.748 habitantes ao final dessa década (IBGE, 1991; IBGE, 2004).

Em 1998, com o término da construção da BA-001, o turismo em Itacaré se consolida, sendo essa rodovia o acesso principal à chegada dos turistas, que vinham de diversas partes do Brasil e, inclusive do mundo. Recentemente, vislumbrados pela expectativa de trabalho nos equipamentos turísticos da cidade, houve um “boom” da população em Itacaré, perfazendo um total de 24.720 habitantes, ao final do período entre 2000 e 2007 (IBGE, 2008). As demandas turísticas tornaram a cidade de Itacaré um espaço multifuncional, resultante da combinação de atividades institucionais, educacionais, residenciais e, crescentemente, de serviços, notadamente os relacionados ao turismo, a exemplo de pousadas, restaurantes, agências de passeio, dentre outros. Dessa maneira, a exploração do chamado “ecoturismo”, apoiado pelas belezas cênicas do lugar, movimenta a economia de Itacaré sendo a principal fonte de renda da atual configuração do município.

### **3. ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO EM ITACARÉ: A EXPANSÃO URBANA ENTRE OS ANOS DE 1960 E 2003**

A área mais antiga da cidade situa-se entre a igreja de São Miguel e os dois pequenos portos localizados no rio de Contas: o porto da “frente”, que servia as embarcações maiores vindas de Salvador e Ilhéus, e o porto de “trás”, que atendia aos pequenos barcos de agricultores e pescadores nativos. Essa espécie de zona portuária é a área central da cidade de Itacaré, no seu sentido original, onde a cidade nasceu e se desenvolveu nos seus primeiros momentos.

Até a década de 1960, o acesso à cidade de Itacaré só se dava por meio de seus dois portos, tanto para quem vinha de fora pelo mar quanto os que vinham do interior da região, pelo rio de Contas. A saída terrestre da cidade, a “Ladeira Grande”, só foi construída nos anos 1960, com o objetivo de viabilizar uma ligação viária com Ubaitaba, município vizinho localizado a oeste de Itacaré.

Até os anos 1970, a área consolidada da cidade de Itacaré se restringia a área central (zona portuária e arredores da igreja de São Miguel) e a faixa lateral da

ladeira Grande, que correspondiam em torno de 28,51 hectares. Durante os anos 1970, a expansão do espaço urbano da cidade de Itacaré se dá com a formação de bairros contíguos ao núcleo original, como o bairro do “Marimbondo” e o dos “Alagados”, que atualmente é chamado de “São Miguel”.

Nesta década, ocorre a abertura do acesso às praias do Resende, da Tiririca, da Costa e da Ribeira, localizadas a sudeste da área central original, o então chamado “caminho das praias”, hoje conhecido como “rua da Pituba”. A expansão do período (1970-1980) representou a um acréscimo de 15,85 hectares, que somados a área já consolidada correspondem a uma área urbana total de 44,36 hectares, os quais abrigavam uma população de 3.150 habitantes (IBGE, 1980).

Nos anos 1980, a expansão urbana torna-se mais significativa, com a implantação do loteamento “Conchas do Mar I” (1984), localizado em uma grande área subjacente a praia da Concha, situada a leste do núcleo original. Este loteamento se apresenta como alternativa de moradia para as classes de maior poder aquisitivo da cidade, bem como para a construção de pousadas, principalmente por pessoas vindas de fora do lugar, na perspectiva de exploração do turismo emergente.

A implantação do loteamento reverberou, no final dos anos 1980, na formação do bairro da “Pituba”, junto ao “caminho das praias”, em sua porção mais proximal ao centro. Antigos moradores da área do loteamento Conchas do Mar I, considerados invasores, foram deslocados para a rua da Pituba, com o intuito de viabilizar a implantação e a comercialização dos lotes do Conchas do Mar. Cabe destacar que o já existente bairro dos Alagados (hoje conhecido como São Miguel) também é considerado uma “invasão” do loteamento Conchas do Mar I.

No período de 1980-1990, forma-se também o bairro da “Passagem”, num antigo local de isolamento para doentes de varíola (“bexiga”), a oeste do centro, e serve atualmente como alternativa de moradia para as classes populares de Itacaré. A expansão urbana neste período (42,28 hectares) praticamente corresponde a área consolidada no período anterior (44,36 hectares), constituindo uma área urbana total de 86,64 hectares em 1990 para 4.275 habitantes (IBGE, 1991).

No período compreendido entre 1990 e 2003, o espaço urbano da cidade torna-se cada vez mais adensado nas suas formas construídas, e se expande

significativamente com a segunda etapa do loteamento Conchas do Mar em 1998, e com a enorme ocupação de áreas contíguas a saída da cidade, além do adensamento de edificações no bairro da Pituba. A expansão urbana neste período foi de 64,46 hectares que, somados a área urbana consolidada no início do período (86,64 hectares), totalizam uma área urbana de 150,59 hectares em 2003 (tabela 1). Até o ano 2000, Itacaré contava com 7.951 habitantes (IBGE, 2000). Dados recentes do senso populacional do IBGE (2008) demonstram um crescimento exorbitante da população que atingiu em 2007 o número de 24.720 habitantes.

Além da multiplicação dos estabelecimentos do setor de serviços ao largo da Ladeira Grande, notadamente oficinas mecânicas e lojas de materiais de construção, também se multiplicam os acessos para os loteamentos que surgem no entorno da cidade, como os do Loteamento Outeiro de Santo Antonio e do Loteamento Bosques de Itacaré. Chama também a atenção no período, a formação do bairro de “Santo Antonio” ou bairro da “rua da Linha”, na encosta voltada para a Ladeira Grande. O bairro de Santo Antonio surge a partir de uma única rua, a rua da Linha, nome dado a ela devido a antiga rede telegráfica que passava pelo local.

A implantação da rodoviária de Itacaré bem próximo ao início da rua da Linha em 1994, bem como as obras de pavimentação da rodovia BA-001, concluída em 1998, contribuiu para a expansão da ocupação dessa área. Com a implantação da rodoviária na base do bairro, ocorreu uma valorização da área em função da constituição de um espaço funcional, inclusive com a feira que funciona junto ao equipamento. Com a pavimentação da estrada, muitos trabalhadores vindos de fora da cidade se instalaram no bairro, contribuindo para a expansão da ocupação do lugar.

**Tabela 1. Expansão Urbana de Itacaré entre os anos de 1970 a 2003.**

	PERÍODOS		
	1970-1980	1980-1990	1990-2003
Área consolidada (ha)	28,51	44,36	86,64
Expansão no período (ha)	15,85	42,28	64,46
<b>Área urbana total (ha)</b>	<b>44,36</b>	<b>86,64</b>	<b>150,59</b>

Fonte: IBGE

#### **4. PROBLEMAS DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL DECORRENTES DA EXPANSÃO URBANA DE ITACARÉ**

Stipp e Stipp (2004) advertem que os problemas ambientais formados nas cidades são sempre decorrentes do uso e ocupação indevidos do espaço pelo homem, o qual não se preocupa com a preservação do ambiente. Salvaguardadas as proporções, os problemas ambientais que afligem a cidade de Itacaré têm a mesma natureza daqueles que afetam quaisquer cidade do Brasil, a exemplo do saneamento básico, habitação, desmatamentos, dentre outros.

A supressão da vegetação para a edificação de casas e/ou de pousadas e instalações de infra-estrutura turística, como as indispensáveis para o setor de comércio e serviços é algo que, apesar de comum devido às demandas por estas instalações, vem causando impactos ao ambiente em Itacaré. Além disso, Meliani (2006) coloca que a emergente economia voltada para o turismo demandou mudanças no uso da terra no município de Itacaré, a exemplo de obras de infra-estrutura viária ligadas ao crescimento urbano como a pavimentação de estradas e ruas e aberturas de caminhos, que serviram tanto para a ampliação da área urbana com a demarcação de loteamentos quanto para a exploração do “ecoturismo”.

Atrelados à questão habitacional estão os problemas de saneamento básico, como o da coleta e do destino do esgoto e do lixo urbano (MELIANI, 2001). Como a rede de coleta de esgotos é restrita ao centro e a alguns dos bairros de Itacaré, as

soluções sanitárias adotadas, comumente fossas e ligações diretas em cursos d'água, se constituem em problemas sociais e ambientais que vão desde a proliferação de doenças até alterações na dinâmica dos sistemas naturais dos solos e das águas (MELIANI, 2006). O lixo produzido na cidade também se constitui em um grande problema para o município, que não possui aterros sanitários, sendo parte despejado a “céu aberto”. Günther (1999) adverte que esse fato decorre da falta de atenção impressa ao setor saneamento e ao seu gerenciamento, culminando no descarte dos resíduos sólidos em locais situados à periferia das cidades, nos denominados lixões, sem que haja preocupação quanto a técnica utilizada para a disposição do lixo e; muito menos com as consequências ambientais e sanitárias (PHILIPPI JR., 1999).

O esgoto retirado das fossas pelos caminhões utilizados para este fim tem um destino similar ao do lixo, porém com um agravante, é espalhado em uma área de cabeceira de drenagem do Jeribucassu - rio que tem parte de suas águas captada para o abastecimento público de Itacaré (THÉVENIN, 2007). Além de problemas com a poluição, essa bacia vem sendo intensamente desmatada, o que tem ocasionado a aceleração dos processos de erosão dos solos e de sedimentação fluvial, comprometendo a conservação das nascentes, bem como a captação de água com fins de abastecimento da cidade (MELIANI, 2001).

De acordo com Santos (2005) o crescimento das cidades vem causando o aumento da poluição doméstica, com o acréscimo de sedimentos e materiais sólidos, bem como a contaminação de mananciais e das águas subterrâneas. Em pontos focais da cidade de Itacaré, a exemplo do bairro da “Passagem”, observa-se a ocorrência de lançamento de esgoto na rede fluvial. Essa localidade é atravessada por um curso d'água que recebe o esgoto diretamente das casas, as quais não são beneficiadas pelo esgotamento sanitário implantado na cidade, restando para a população dessa localidade a alternativa de produzir ligações diretas (canalização) de esgoto para o curso d'água. Por estar localizada em uma área de várzea (“baixada”), a população residente nessa área sofre com inundações provenientes de períodos chuvosos, o que pode ocasionar um alarme para riscos de doenças.

As habitações localizadas à margem desse curso d'água têm, em geral, padrões construtivos de barracos de madeira e de alvenaria (tijolos), porém com dimensões reduzidas e desprovidas de qualquer infraestrutura que garanta uma

condição, por menor que seja, de proteção contra os períodos de maior acentuação pluviométrica. Próximas a esta área existem construções de um número significativo de barracos em uma área íngreme, a qual foi invadida (apropriada) devido a falta de opção provocada pela segregação espacial existente na cidade.

No caso do Bairro do “São Miguel”, anteriormente conhecido como “Alagados”, a população também se vê obrigada a realizar ligação de canalizações de esgoto diretamente no curso d’água, provocando além de problemas com a proliferação de doenças, a poluição dos mananciais aquáticos da cidade. Este fator, provavelmente, afeta diretamente o bom funcionamento dos espaços turísticos localizados na orla principal do sítio urbano de Itacaré, pois a deposição de todo esse material vai desembocar no na foz do rio de Contas que beira a orla central da cidade, influenciando no ambiente aquático dessa localidade e interferindo no bem-estar e saúde dos banhistas que ali visitam.

Os padrões construtivos desse bairro são, em maior número, mais bem elaborados (de alvenaria) – se comparados aos da Passagem – e possuem lotes com maiores dimensões (quadrados e retangulares), o que supõe uma maior resistência aos períodos de chuva mais intensos, porém não exime esta área de riscos à inundação.

Em uma área de invasão no bairro do “Santo Antonio” verificou-se o loteamento de uma pequena encosta, onde logo abaixo circula um fluxo d’água que também se encontra com problemas de despejo de esgoto em seu curso. Esse descarte é realizado, possivelmente, pelos moradores do bairro. Além disso, foi encontrado na área um ponto de deposição de lixo (resíduos sólidos) evidenciado pelo corte latitudinal do relevo, formando uma entrada em forma arqueada (U) a qual encontrava-se infestada por insetos. Havia também na área de “baixada” a formação de um “brejo” que estava sendo soterrado e que já se encontrava demarcado para efetivação de possíveis construções destinadas à população de menor poder aquisitivo, o que retrata a segregação socioespacial vivenciada na cidade.

## 5. PROBLEMAS SÓCIO-ESPACIAIS DE ITACARÉ: O ENFOQUE CLASSISTA

O processo de estratificação social, referindo-se à disposição hierárquica dos grupos ou indivíduos numa escala, constitui uma característica universal das sociedades humanas (SILVA, 1981). Segundo Stavenhagen (1969) as classes não são imutáveis, portanto se desenvolvem e modificam-se obedecendo as mudanças da sociedade para se configurarem. O mesmo autor argumenta que em uma ótica marxista, as classes constituem um fenômeno universal, característico de uma sociedade em que uma parte da população é explorada por outra. Desse modo, desde as origens mais remotas da formação sócio-espacial de Itacaré, a divisão de classes em estratos já se apresentava, na medida em que existia um poder controlador das ações daquele povoado, influenciado pela atuação religiosa dos jesuítas que demarcaram o comando espacial do lugar pela aquisição imposta das terras. Além disso, a agricultura voltada para o suprimento das necessidades da capital da Colônia Portuguesa também engendra um panorama de subordinação da atuação jesuítica e dos nativos da região.

Por intermédio do poder exercido pela Coroa portuguesa o pequeno povoado se torna fragmentado em classes de poder e prestígio estabelecidas pela lógica de comando da mesma, onde se configura a divisão de duas classes principais: a dos donatários e a dos paroquianos. Os nativos e os escravos inseridos na base da divisão social da época, não enquadravam-se, segundo Weber (1969), em grupos de *status*. Os citados encontravam-se em uma posição de desprestígio, pois não usufruíam de privilégios e por não terem a oportunidade de utilizar em proveito próprio bens e serviços de mercado.

O incremento da produção cacaeira enreda a mudança dos atores na lógica de divisão social de classes, entrando em cena os grandes produtores de cacau, que detinham as forças influentes do poder local e comandavam a economia regional. Nesse contexto, os escravos ainda não se encaixavam, segundo a ótica weberiana, em qualquer grupo de *status*, pois apesar de estarem enquadrados na dinâmica populacional, sua participação nas decisões organizativas da sociedade de Itacaré eram nulas. O forte crescimento da economia cacaeira exacerbava ainda mais as relações sociais, fazendo dos grandes proprietários da lavoura cacaeira

mais ricos e mais prestigiados em detrimento de uma classe escrava que não tinha nenhuma “voz” naquele cenário.

O final do século XIX marca a introdução, por imigração, de sertanejos na lavoura cacaueteira, os quais fugindo das perversidades da seca nordestina ajudam a compor o quadro social do município naquela época. Eles passam a representar, juntamente com os trabalhadores já presentes na lavoura, a classe pobre dependente exclusivamente do seu labor nas roças de cacau. Essa imigração representou um aumento exorbitante da população no município, que chegou a alcançar mais de 24 mil habitantes, sendo a grande maioria destes, mão-de-obra barata ou gratuita (escravos) para as lavouras cacaueteiras. Esse quadro reflete um padrão social bastante díspar, que agrega em sua base (altamente larga) a população desprovida de propriedades e recursos e no topo (estreito) da hierarquia de poder e prestígio os grandes produtores de cacau.

Com a crise da lavoura cacaueteira, o turismo passa a ser a alternativa para o crescimento econômico de Itacaré, porém, as relações de prestígio e poder só mudaram de mãos, passando dos fazendeiros de cacau para os grandes empresários ligados às atividades turísticas, permanecendo o quadro de divisão social de classes em Itacaré pouco modificado. Neste momento, os trabalhadores da lavoura cacaueteira se voltam para a cidade, passando a enquadrarem-se na classe proletária, em função dos novos empreendimentos voltados à prestação de serviços, principalmente os turísticos.

A camada mais carente da população se “arranja” em áreas de limitações naturais, como no caso das várzeas e encostas de morro, a exemplo do bairro da Passagem e do Santo Antonio, enquanto que a camada social que detém o poder econômico e o prestígio se mantém nas melhores áreas da cidade, como no caso do loteamento Conchas do Mar I e II. Nestes lugares predominam empreendimentos hoteleiros, além de residências com grandes padrões construtivos, sendo que algumas delas chegam a tomar quarteirões inteiros. Esse quadro revela toda uma configuração de segregação espacial que predomina não só em Itacaré, mas na organização do espaço de diversas cidades brasileiras.

A evolução da expansão urbana de Itacaré, entre 1960 e 2003, também nos permite perceber a segregação espacial e a divisão social de classes em Itacaré,

onde a partir da formação de bairros de alto padrão, como os Loteamentos Conchas do Mar e do Outeiro de Santo Antonio, as classes de maior poder se estabeleceram, inclusive por meio do deslocamento de antigos moradores dessas áreas para outros bairros da cidade. Enquanto isso, em bairros periféricos se abrigavam as camadas menos providas de recursos, como o bairro Santo Antonio e Passagem. Apesar desse último ter evoluído e englobar alguns equipamentos urbanos melhor estruturados, a exemplo de pousadas, ainda se evidencia uma situação de pobreza bastante significativa.

Entremeados a essas duas realidades estão os bairros mais centralizados como a Pituba e o Morimondo, que apesar de terem algumas características de bairros pobres, como residências de baixo padrão, apresentam também padrões construtivos mais bem elaborados, e, em se pensando no fator estratificação, representam, diante da realidade da cidade, áreas de classe média. Segundo Cupertino (1978) a denominação classe média é possível, dentro de uma ótica weberiana, porque em toda estratificação que existem dois pólos pode-se assinalar arbitrariamente setores médios ou intermediários.

A análise da degradação ambiental na cidade de Itacaré, também explica, em parte, a atual situação social da cidade, onde as classes sociais de maior poder aquisitivo são recobertas por uma rede de esgoto minimamente eficiente e uma coleta periódica de lixo regular, enquanto que boa parte das camadas mais pobres da sociedade ainda encontra-se convivendo com esgotos a “céu aberto” e problemas na coleta do lixo.

De acordo com Trevisan (S/D) quando se coloca que processos de degradação ambiental de variadas ordens resultam da má distribuição fundiária, considerara-se que existe uma estrutura de classes em desequilíbrio como pressuposto para a deflagração dessa degradação. Desse modo, enquanto os grandes proprietários dos empreendimentos turísticos aceleram o processo de novas construções em benefício próprio, a fim de acumular mais riquezas, as camadas mais populares da cidade se debatem para conseguir um espaço, por menor que seja, para se fixarem e tentar sobreviver, sendo ambas ações propulsoras de impactos ao meio ambiente, na medida em que alteram a dinâmica dos solos, dos recursos hídricos, além de produzir a supressão vegetal.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONDER. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. **Plano Diretor Urbano de Itacaré - versão para discussão com a comunidade local**. Salvador, Bahia: Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Governo do Estado da Bahia, março de 2004.

CUPERTINO, F. **Classes e camadas sociais no Brasil**. RJ: Civilização Brasileira, 1978. 111 p. Vol. 8. Coleção Realidade Brasileira.

GARCEZ, A. N. R.; FREITAS, A. F. G. **Bahia Cacaueira: um estudo de história recente**. Estudos Baianos. Salvador (BA): Universidade Federal da Bahia, 1979.

GÜNTER, W. M. R. Saúde Ambiental comprometida pelos resíduos sólidos. In: RESID'99 – Seminário sobre Resíduos Sólidos, 1999, São Paulo. **Anais do RESID'99**. São Paulo. Associação Brasileira de Geologia de Engenharia, 1999, p. 83-89. ISBN: 85-7270-004-8.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1980**. RJ: IBGE, 1980.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 1991**. RJ: IBGE, 1991.

\_\_\_\_\_. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE. 1958. Vol. XX (Municípios do Estado da Bahia).

\_\_\_\_\_. **Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000 - Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

\_\_\_\_\_. **Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

MELIANI, P. F. **Mapeamento e análise quantitativa da rede hidrográfica da bacia do rio Jeribucassu, Itacaré, Bahia**. 2001. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MELIANI, P. F.; SILVA, G. S.; GOMES, R. L. Produção de Espaços Turísticos Urbanizados: Análise da Expansão Urbana de Itacaré/BA. In: X Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2007, Florianópolis. **Anais do X SIMPURB**, 2007. v. X.

MELO E SILVA, S. C. B.; SILVA, B. M. N.; LEÃO, S. O. **O subsistema urbano-regional de Ilhéus-Itabuna**. Série Estudos Regionais, vol. 16. Recife: SUDENE-PSU-SER. 1987. 428 p.

PHILIPPI JR, A. Agenda 21 e Resíduos Sólidos. In: RESID'99 – Seminário sobre Resíduos Sólidos, 1999, São Paulo. **Anais do RESID'99**. São Paulo. Associação Brasileira de Geologia de Engenharia, 1999, p. 15-25. ISBN: 85-7270-004-8.

REIS, D. J. S. **Comportamento dos indicadores sócio-econômicos do município de Itacaré no período de 1971 a 1996.** 2002. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas). Curso de Licenciatura em Geografia. Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2002.

SANTOS, M. **Zona do Cacau – Introdução ao Estudo Geográfico.** 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. 125 p.

SANTOS, M. F. V. **Impactos socioambientais decorrentes da expansão urbana desordenada em Madre de Deus: o caso do bairro da Quitéria.** 2005. 166 f. Dissertação (Mestrado em Análise Regional). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador - UNIFACS, Salvador, 2005.

SILVA, G. B. Critérios de estratificação social. **Revista Saúde Pública**, SP, vol 15, p. 38-45. 1981.

STAVENHAGEN, R. Estratificação social e estrutura de classes. In: BERTELLI, A. R.; PALMEIRA, M. G. S.; VELHO, O. G. C. A (orgs.). **Estrutura de classes e estratificação social.** RJ: Zahar, 1969. p. 117-146. Tradução: Maria da Glória Ribeiro Silva e Moacir Gracindo Soares Palmeira.

STIPP, N. A. F.; STIPP, M. E. F. Análise Ambiental em cidades de pequeno e médio porte. **GEOGRAFIA.** Associação de Geografia Teorética. Rio Claro (SP), v. 13, n. 2, p. 26-36, jul./dez. 2004.

THÉVENIN, J. M. R. **Dinâmica dos Remanescentes da Mata Atlântica, na Bacia do Rio Jeribucassu, Município de Itacaré – BA, entre os anos de 1965, 1997 e 2002.** 2007. 45f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Curso de Licenciatura em Geografia. Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2007.

TREVISAN, S. D. P. **Para compreender as relações Sociedade-Natureza e os processos de degradação ambiental.** Notas de aula. Ilhéus (BA): S/D. 25 p.

VIERGENS FILHO, A. C. *et al.* **A CEPLAC e a crise da lavoura cacaeira.** Fórum Setorial do Cacau. Ilhéus (BA): CEPLAC, 1993.

WEBER, M. Classe, *Status*, Partido. In: BERTELLI, A. R.; PALMEIRA, M. G. S.; VELHO, O. G. C. A. (orgs.). **Estrutura de classes e estratificação social.** RJ: Zahar, 1969. p. 57-77. Tradução: Otávio Guilherme C. A. Velho.

## Resumen

El texto cubre los aspectos de la formación socioespacial y de la organización de lo espacio de Itacaré en diversas fases de su historia. Apoyado en la revisión de la literatura, es posible llevar a cabo un resumen del período histórico en que inició hasta el momento en que el consejo fue nombrado "Itacaré", así como se esbozaron los principales aspectos socioeconómicos de la región donde pertenece. Por otra parte, este trabajo aporta resultados de una reciente investigación, que se llevaron a cabo el análisis de la expansión urbana de la ciudad y el registro de sus principales problemas de degradación del medio ambiente. Todos los temas desarrollado culminó en un análisis integrado con la luz de la teoría Clasista. Se encontró que en todas las épocas, desde sus orígenes hasta la actualidad, Itacaré se fija en espacios regidos por la voluntad de la potencia dominante (la Corona Portuguesa, los agricultores de cacao y, más recientemente, los empresarios turísticos), en que siempre imperó en el desarrollo de las actividades económicas realizadas en el municipio. Modificaciones imponen a la ciudad cambios funcionales de órdenes sociales, económicos y estructurales, en particular con el paso del monocultivo de caña de azúcar para los cultivos de cacao y, más recientemente, para la producción de las actividades turísticas, que maneja la organización del espacio geográfica del consejo, al máximo de una creciente expansión urbana y la aparición de casos de degradación ambiental.

**Palabras clave:** Formación Socio-Espacial, la Organización del espacio, Itacaré, Teoría Clasista.

*Recebido em 01/03/2014*

*Aprovado em 31/03/2014*